

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

05/12/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Cidades - Dia será de manifestações locais

Mesmo com o cancelamento de uma greve geral pelas centrais sindicais, a Baixada Santista terá hoje manifestações contra a reforma da Previdência. Haverá paralisação de agências bancárias de Santos e atos públicos ao longo do dia. Os protestos são promovidos por sindicatos que não concordam com a deliberação das centrais de desistir da greve que estava marcada para hoje. É que, com o adiantamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência, as entidades sindicais deram tempo ao Governo. "Nós achamos um equívoco essa decisão. Uma greve geral, neste momento, enterraria de vez a reforma. É importante mantermos a mobilização para nos prepararmos. Vamos ter que parar este País se colocarem o projeto em votação", diz o secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Santos e Região, Ricardo Saraiva, o Big. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, diz respeitar a opinião de outros sindicatos, mas defende o cancelamento. "Foi uma decisão discutida entre seis centrais. Nós prometemos uma greve à população se tivesse votação. Nosso compromisso era com a sociedade".

Fonte: Jornal A Tribuna – 05/12/2017

Greve dos ônibus segue sem prazo de término em Cubatão

Os 450 empregados da Translúder, que opera o transporte coletivo de passageiros e de estudantes em Cubatão, cruzaram os braços ontem contra falta de pagamento do salário de novembro, da primeira parcela do 13º salário, vale-refeição, tíquete-alimentação e cesta básica. A paralisação foi espontânea e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santos e Região, avisado, prontamente compareceu para mediar uma negociação com a empresa. Até o início da tarde, não haviam chegado a um acordo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/12/2017

Reforma não deve ficar para o próximo presidente

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, defendeu ontem que a reforma da Previdência seja aprovada ainda durante o governo do presidente Michel Temer, para que o próximo presidente não inicie o mandato com esse "enorme desafio". Meirelles ministrou palestra na Fundação Getúlio Vargas, no seminário Reavaliação do Risco Brasil, e disse a jornalistas, ao fim do evento, que a reforma deve ser aprovada no final do ano ou no início da próxima legislatura. "É importante que o próximo presidente não tenha que assumir tendo esse enorme desafio pela frente", afirmou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/12/2017

Brasileiro terá de trabalhar 2 meses a mais para manter benefício

A expectativa de vida do brasileiro avançou e, se por um lado a notícia é boa, por outro, os segurados do INSS terão um desconto maior nas aposentadorias por tempo de contribuição. Será necessário trabalhar, em média, dois meses a mais para se aposentar com o mesmo valor que teria antes da atualização da tabela do fator previdenciário. As estimativas e a tabela com os novos índices foram calculadas pelo atuário especializado em Previdência Newton Conde, da Conde Consultoria Atuarial. Os descontos estão maiores desde esta sexta (1º), quando o IBGE divulgou a estimativa de expectativa de vida do brasileiro em 2016. Ao nascer, o brasileiro tem expectativa de viver 75 anos, nove meses e sete dias, três meses e 11 dias a mais do que para uma pessoa nascida em 2015. Na faixa dos 50 anos, na qual sai a maior parte das aposentadorias, seria preciso trabalhar, em média, 55 dias a mais para compensar o redutor maior do novo fator. No cálculo do fator, além da expectativa de vida, o INSS considera quantos anos o segurado ainda deverá viver, ou seja, por quanto tempo prevê pagar a aposentadoria a esse segurado.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 02/12/2017

Empresas criticam INSS de trabalhador intermitente

O trabalho intermitente, nova modalidade contratual introduzida pela reforma trabalhista, era uma demanda antiga do setor de comércio e serviços. A forma como está sendo regulamentado, porém, está gerando críticas e temor entre seus maiores defensores e interessados. A principal polêmica é a contribuição previdenciária desse trabalhador se ele receber menos do que um salário mínimo no mês. Nesse caso, se ele quiser que o mês trabalhado conte para sua aposentadoria e acesso a benefícios como auxílio doença, ele vai precisar contribuir para o INSS do próprio bolso. Por exemplo, na hipótese de um trabalhador intermitente que tenha recebido R\$ 500 em um mês, a empresa remeterá ao INSS 20% desse valor, e reterá outros 8% do salário, tal como funciona em contratos com carteira assinada de modo geral. A diferença é que, como o salário foi menor que o mínimo (hoje em R\$ 937), essa contribuição não dará direito a nenhuma cobertura previdenciária. Para que o mês seja considerado pelo INSS, o trabalhador terá que pagar 8% sobre a diferença que falta para chegar no mínimo (nesse exemplo, sobre R\$ 437, o que resulta em R\$ 34,96). Isso acontece porque o piso do benefício pago pelo INSS aos seus segurados, como aposentadoria, corresponde ao salário mínimo – daí a necessidade de que a contribuição seja pelo menos equivalente a ele. Um dos problemas apontados nessa regra é o procedimento altamente burocrático exigido dos trabalhadores, que todo mês terão de somar os ganhos de todos os contratos, calcular a diferença para o salário mínimo e fazer o recolhimento necessário. O passo a passo –se via emissão boleto pela internet, por exemplo– ainda não foi definido, ainda que a modalidade já esteja em vigor e entidade do setor estime algo em torno de 100 mil a 150 mil intermitentes já em atividade. Outra crítica dirige-se à lógica "tudo ou nada" aplicada: ainda que o profissional tenha recebido 99% do salário mínimo, e a empresa repassado os encargos previdenciários proporcionais, caso a diferença não seja complementada, o mês será desprezado para fins de aposentadoria e auxílio-doença, entre outros benefícios do INSS. Na hipótese de o trabalhador ter recebido R\$ 900 em um mês (ou 96% do salário mínimo), ele deverá pagar R\$ 2,96 se quiser garantir a cobertura previdenciária. Caso contrário, ainda que a empresa tenha pago 20% sobre esse valor (R\$ 180) e retido outros R\$ 72 do salário bruto a título de contribuição do empregado para a Previdência, ele não vai ter acesso a nenhum benefício do INSS. "O problema é que vai ser difícil para a pessoa consolidar essas informações e fazer o pagamento. A minha sensação é que a gente precisa discutir um pouco mais essa questão", diz Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Ele defende a criação de uma regra de proporcionalidade, que permita a contagem de dias de contribuição em vez de meses.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/12/2017

Quase totalmente na mão de chineses, CPFL estuda suas próximas aquisições

A CPFL poderá adquirir distribuidoras perto das que a empresa já tem e construir novos parques de geração, como de eólicas, e linhas de transmissão. Grandes hidrelétricas estão descartadas. "Olhamos tudo, mas não há nada concreto", diz André Dorf, presidente da empresa. O executivo dá como exemplo o interesse na compra da CEEE, companhia estatal do Rio Grande do Sul. A CPFL tem dois terços do mercado do Estado e teria sinergias para incorporar o ativo - que não está à venda, mas o mercado especula que possa entrar em um pacote de privatizações. Distribuidoras no mercado, como as da Eletronorte, não atraem tanto. "Por dever de ofício, vamos avaliar, mas elas têm menos sinergia com nosso portfólio." Em julho do ano passado, a chinesa State Grid comprou da Camargo Correa toda a sua participação vinculada ao bloco de controle da companhia sediada em Campinas. Na quinta (30), em uma operação em que os minoritários tiveram a oportunidade de vender suas ações nas mesmas condições dos acionistas majoritários, a State Grid ficou com quase 95% da empresa brasileira.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/12/2017

No Congresso, 70% se opõem à privatização da Eletrobras

Três frentes parlamentares contra a desestatização da Eletrobras somam 406 deputados e quatro senadores em suas composições, ou cerca de 70 por cento dos integrantes Congresso Nacional, o que evidencia possíveis dificuldades do presidente Michel Temer para aprovar o seu principal programa de privatização, que pode render R\$ 12 bilhões ao Tesouro em 2018. Os parlamentares integram duas frentes recém-criadas contra a privatização de subsidiárias da Eletrobras (Furnas e Chesf) e uma em defesa do setor elétrico, que se juntou ao movimento contra a privatização. O governo inicialmente pensou em enviar uma proposta do modelo de privatização da companhia ao Congresso por medida provisória, mas depois o presidente Temer optou por encaminhar o assunto via projeto de lei, para agradar os parlamentares.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/12/2017